

Hora de balanço interno

Não desanimemos. Apesar de tudo, o ano de 1981 está fechando com saldos razoáveis. Não que sejamos otimistas impenitentes, sempre buscando ver o mundo com as lentes do **Candide**, de Voltaire...

Deixemos de lado, por um momento, a inflação. Ela continua obviamente importante, mas compõe um todo, o todo econômico, e este não está mal num país como o Brasil, que termina se esgueirando com novas exportações, na hora em que vai soar o gongo fatal dos credores internacionais. Está ainda longe de esgotar-se a gama de alternativas brasileiras. O país prossegue uma das últimas fronteiras do capitalismo. Na hora "H", recorre-se a novas matérias-primas, a qualquer preço, e sai-se pela tangente. Carajás que o diga. O método não é infinito, mas talvez dê tempo para um dia nos safarões do círculo vicioso.

O desenvolvimento vai adiante, e é o que conta.

No plano social, as coisas são, porém, mais complicadas.

Principia-se a reclamar, com crescente insistência, o pagamento da nossa hipoteca social. Esta, sim, passou a ser cobrada executivamente, de mão armada nas esquinas, pelos maiores prejudicados.

Dir-se-á que em toda parte existe criminalidade.

Só que a nossa se origina de um brutal desajuste social. Quem o duvidar, veja uma prisão qualquer. Lá só encontrará pardos e analfabetos, a senzala que se multiplicou e avassala o país inteiro, descendo dos séculos e das favelas em cima dos novos ricos. Se ao fim do Império uns três por cento da população se encontravam, segundo cálculos otimistas, integrados no mercado, hoje são uns trinta por cento, melhora substancial, convenhamos.

Mas os setenta por cento restantes não demorarão mais tanto tempo esperando por sua integração. Agora a televisão, a maior subversiva, passa dia e noite bombardeando o espectador com acenos consumistas, que um dia, sem trocadilho, poderão tornar-se revolta comunista.

A classe média alta e os ricos desfilam nas telenovelas diante do embaçado telespectador das misérrimas periferias urbanas, hoje despertando sua admiração, amanhã (quem sabe?) instigando sua rebelião contra o contraste.

É verdade que os programas previdenciais são tão caros que o próprio Estado previdenciário (**Welfare state**) acabou entrando em crise nas suas matrizes, refletindo-se nas reviravoltas eleitorais da Suécia à Inglaterra e Estados Unidos. Se bem que os antidotos antiinflacionários não venham funcionando a contento, por conta da substituição dos antigos gastos por novos maciços em despesas militares num mundo já saturado de armamentos.

Tem-se de engajar mais a população pobre nos serviços que a beneficiam. Sua passividade, inclusive no con-

trole da eficiência dos serviços, traz prejuízo a todos. Mas se o processo não chegou a funcionar, por completo, naqueles países, quanto mais noutros como o nosso?...

De qualquer modo, não adianta invocar problemas de estágios altos de desenvolvimento social. Ainda estamos tão longe de um mínimo de competência também neste setor, que é meritório todo esforço feito nesta direção.

Medida socio-econômica de grande envergadura foi acrescentada, recentemente, no caso da concessão do usucapião rural aos posseiros com mais de cinco anos. Só que a burocracia, inclusive judiciária, precisará adaptar-se com a máxima urgência para atender as solicitações dos interessados. Do contrário, mais uma vez, o tiro sairá pela culatra, com prejuízos e decepções, em lugar de esperanças confirmadas, coisa que ninguém de bom senso pode desejar.

Conseguirá o Governo faturar eleitoralmente estas novas vantagens?

Na realidade, a outorga de benefícios costuma satisfazer menos que sua conquista, mesmo que esta seja menor que aquela. Continua faltando participação, o que só se consegue de baixo para cima. Há muita ingratidão contra os doadores de presentes e favores, por melhor intencionados que sejam.

Em princípio, o PDS deveria ter-se posto à frente dessas e de outras reivindicações, para colher, em seguida, os resultados eleitorais. Do contrário, no final das contas, pode o partido governista perder, enquanto, ao mesmo tempo, o Governo, em especial o Presidente, estiver no auge da popularidade, pelo menos teoricamente.

Trata-se de um paradoxo, mas não necessariamente de uma contradição. Afinal, não foi tentado um nexo causal PDS-reformas e sim uma transferência de prestígio do Presidente para o partido. Um caminho muito mais sinuoso e tortuoso, de difícil avaliação.

É que não nos acostumamos ainda à mediação partidária. Ela prossegue menor que a da Igreja e das associações de classe. Os partidos nem sequer dispõem, como deveriam, de um fundo partidário mais flexível na captação, em vez de meras multas coletadas pela Justiça Eleitoral, e mais flexível também na destinação para pagamento de funcionários de carreira e do seu permanente treinamento e reciclagem, além das despesas por outros trabalhos durante o ano inteiro. Terminam saindo mais caros os custos das campanhas cíclicas, diante de um eleitorado entorpecido no interregno e assim muito difícil de ver-se redespertado.

Daí não haver motivos reais para surpresa e decepção com a pobreza do quadro político. O Legislativo não foi esvaziado, murchou por consequência do executivismo tecnoburocrático. O que parece desafios do Congresso não passa de protestos, embora nem sempre hábeis na sua formulação de Poder heterogêneo e desassessorado.